



VIVÊNCIAS DE UMA ACADÊMICA DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO ENSINO REMOTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Celma Cristina Silva*
Maria do Perpétuo Socorro de Lima Costa**
Fabrício Coimbra Alcântara***
Rinaldo Duarte****

RESUMO:

O presente trabalho é fruto de experiências vivenciadas no Programa Residência Pedagógica - subprojeto Biologia, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, edital 2020. De caráter qualitativo, este relato tem como objetivo compartilhar os principais desafios enfrentados, os aprendizados adquiridos e as reflexões oriundas deste processo durante os três módulos do Programa Residência Pedagógica – PRP, que, em virtude da Pandemia de COVID-19, se deu majoritariamente de forma remota. Como metodologia foi realizada pesquisa bibliográfica e análise de documentos institucionais, além de reflexões acerca da observação e descrição das práticas desenvolvidas. As considerações finais trazem as percepções da autora frente as experiências e reflexões vivenciadas, a contribuição destas vivências para a construção da sua identidade docente e as perspectivas para o futuro da educação a partir destas percepções.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente. Residência Pedagógica. Relato de experiência.

*celmasilvabio@gmail.com
** socorrolima.costa@ufvjm.edu.br
***fabricioc.dtna@gmail.com
****rinaldo.duarte@ufvjm.edu.br

Introdução

O presente trabalho é fruto das experiências vivenciadas por mim, (identidade omitida em atendimento às normas de submissão da EBR), enquanto acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, Campus Diamantina-MG, e participante do Programa Residência Pedagógica (PRP), subprojeto Biologia, regido pelo edital de 2020. Como Residente, pude contar com o acompanhamento e orientações de um preceptor, professor de Ciências e Biologia na escola campo e de dois docentes orientadores do Subprojeto do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (cujas identidades, a exemplo da autoria do presente trabalho, ficam omitidas em atendimento às normas de submissão). O Plano de Trabalho do Subprojeto Biologia foi organizado conforme os três módulos do Programa de Residência Pedagógica, sendo o Módulo I desenvolvido no período de outubro de 2020 a março de 2021, Módulo II no período de abril de 2021 a setembro de 2021 e Módulo III, no período de outubro de 2021 a março de 2022. As atividades foram desenvolvidas no âmbito do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio em turmas do 6º, 9º e 1º anos, ao longo dos três módulos da Residência Pedagógica.

A residência pedagógica é uma atividade de formação realizada por um discente regularmente matriculado em curso de licenciatura e desenvolvida numa escola pública de educação básica, denominada escola-campo (CAPES, 2018, p. 1). O objetivo central do Programa Residência Pedagógica é o aperfeiçoamento da formação de licenciandos, a partir da imersão deste no cotidiano escolar. Seus objetivos são descritos por Freitas et al. (2019):

1. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre

o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias; II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica; III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores. IV. Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da BNCC - Base Nacional Comum Curricular'. (FARIA *et al.*, 2019, p. 349).

Para o cumprimento do Edital de 2020, fez-se necessário adaptar o PRP ao cenário educacional, que foi radicalmente transformado com a adoção do distanciamento físico como uma das medidas profiláticas recomendadas pelas autoridades sanitárias para contenção da COVID-19. Por meio das Portarias nº 376, de 03 de abril e 544, de 16 de junho de 2020, o Ministério da Educação autorizou, em caráter excepcional, a suspensão ou substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais (BRASIL, 2020b, p.1). Institui-se então o chamado eufemisticamente de ensino remoto (PRETTO; BONILLA; SENA, 2020), o que exigiu de toda a rede de ensino total reinvenção das práticas pedagógicas. Essa reformulação inesperada e não planejada do ensino, colocou os profissionais da educação, pais e alunos em uma situação de muitas incertezas, ansiedade e insegurança em meio a tantos desafios a serem enfrentados.

Frente a este cenário de alta instabilidade em que as desigualdades sociais se escancararam e as lacunas já existentes na formação e prática docente se alargaram, iniciou-se a segunda edição do Programa Residência Pedagógica, do qual tive a oportunidade de participar. É neste contexto que se ambienta o presente relato, que, por sua vez, se justifica pela oportunidade de problematização das limitações, desafios e possibilidades enfrentados na formação docente no contexto do ensino remoto. Como objetivo, desejo partilhar as reflexões vivenciadas ao longo das atividades do PRP e suas contribuições para a construção da minha identidade docente. Para tal, utilizo como aporte teórico Pretto et al. (2020) e Santana e Sales (2020).

Desenvolvimento

Desde o início do PRP me vinculei à Escola Estadual (*identidade omitida em atendimento às normas de submissão da EBR*), onde desenvolvi todas as atividades que foram possíveis. A vigência do programa se deu entre outubro/2020 e março de 2022 e foi organizado em 03 módulos, sendo que o primeiro módulo foi desenvolvido totalmente de forma assíncrona, o segundo com oportunidades de acompanhamento das aulas online de forma síncrona e, o terceiro módulo de forma presencial, o que foi possível a partir da Resolução SEE nº. 4.644, de 25/10/2021 que determinou o retorno das atividades de forma presencial nas escolares regulares nas Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual a partir de 03 de novembro de 2021.

Nas palavras de Santana e Sales (2020), os desafios, que já eram grandes antes do novo coronavírus, ganham proporções imensuráveis durante a pandemia. Esta realidade ficou bem evidente para mim, assim que tive os primeiros contatos com as atividades propostas, pois, o contato com os alunos da educação básica ficou inviável para nós, os residentes, e muito limitado para os professores preceptores. Com isso, a Residência Pedagógica se iniciou com o ciclo de formação geral através da oficina “Ensinar e Aprender com tecnologias digitais” destinada a todos os participantes – residentes, preceptores e orientadores.

As oficinas foram ministradas através do Google Meet pela professora Cristiane Tolentino Machado-UFVJM, contemplando quatro plataformas digitais interativas e foi organizada em duas etapas: a primeira ocorreu em 10 de outubro de 2020 e tratou sobre as plataformas online quizizz.com/join, através da qual se pode criar quizzes digitais e padlet.com, ferramenta que permite a criação de murais digitais.

A segunda etapa ocorreu em 17 de outubro de 2020 e foram trabalhadas as plataformas Go Formative, que é um aplicativo da web para salas de aula que permite a realização de atividades ao vivo e intervenções instantâneas sobre os conteúdos

trabalhados e o edpuzzle – vídeos interativos, ferramenta que permite a interação e edição de vídeos.

As plataformas trabalhadas nessas oficinas se apresentam como importantes recursos pedagógicos tecnológicos para o ensino de ciências e biologia, especialmente no ensino remoto, enriquecendo o repertório do professor para elaboração de boas práticas pedagógicas.

Na sequência das atividades de formação geral, foi promovido o II Encontro Nacional de Iniciação à Docência (ENID) / Programa Residência Pedagógica, no período de 28 de outubro de 2020 a 10/12/2020, com uma sequência de eventos complementares, organizado entre palestras e mesas redondas abordando diferentes temáticas, como BNCC, Currículo Referência do Ensino Médio de Minas Gerais, Pesquisa em relações étnico-raciais e educação da população negra – Raça, Racialismo e Racismo, dentre outras.

Concluindo o primeiro módulo, as atividades consistiram na análise do Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP) instituído através das Resoluções SEE nº 4.310/2020 e nº 4.336/2020 e na elaboração dos planos de aula referentes aos temas das quatro semanas dos Planos de Ensino Tutorados (PET) volumes V, VI e VII, do 6º ano. O REANP conta com diversos suportes técnicos e tecnológicos como o aplicativo Conexão Escola que possui videoaulas, planos de estudo tutorados e recursos didáticos de apoio (SANTANA; SALES, 2020, p. 85). O primeiro módulo finalizou em março de 2021.

O Módulo II teve início em abril de 2021 e se deu paralelamente ao início do ano letivo de 2021, para o qual o REANP foi atualizado e novos recursos foram introduzidos, como o Google Classroom, possibilitando aos professores ministrar as aulas online síncronas e, conseqüentemente uma reaproximação com os alunos, auxiliando-os de uma forma mais efetiva e retomando o vínculo dos mesmos com a escola. Neste momento, finalmente, pude realizar algumas regências, ainda que bem reduzidas e com participação de poucos alunos.

Nesta etapa, dois grandes desafios se agigantaram frente às escolas: fazer com que as aulas chegassem até os estudantes e, ao mesmo tempo, torná-las atrativas de forma a despertar o interesse dos alunos pelas aulas e mantê-los estimulados a aprender diante das telas. As desigualdades socioeconômicas se evidenciaram como

fator excludente para a maioria dos estudantes que não dispunham de acesso aos recursos tecnológicos necessários para frequentar as aulas. A este respeito, Pretto *et al.* (2020), destaca:

Para as famílias mais pobres, a dificuldade é acompanhar as atividades propostas, principalmente em razão das desigualdades sociais já mencionadas. Para as famílias cujos pais estão no “trabalho remoto” em casa (= home-office) – e que os desabafos convertidos em memes evidenciam que nada têm de home, são somente office –, a responsabilidade pelo acompanhamento dos filhos não tem funcionado muito bem (PRETTO *et al.*, 2020, p. 11).

No quesito tornar as aulas interessantes aos olhos dos alunos, as dificuldades partem da própria formação dos professores que não receberam a formação necessária para atuar em modalidades de ensino não presenciais. Santana e Sales (2020) apresentam a seguinte percepção:

As práticas vigentes no contexto de pandemia, parecem limitar a ação docente a mera operacionalização de fornecer informações administrativas, mobilizar estudantes para o foco no consumo de conteúdo produzido de forma imediatista e reproduzindo práticas tradicionais já em contestação anteriormente à pandemia. (SANTANA; SALES, 2020, p. 87).

As autoras alertam ainda que a transposição da educação para contextos remotos desconsiderou, por força da necessidade emergencial e outros fatores, “fundamentos pedagógicos importantes das orientações teórico-metodológicas da modalidade a distância e da educação on-line”. Neste descompasso e, dialogando com Pretto *et al.* (2020), denunciam que o Ensino remoto, deste modo, indica uma sequência reducionista: da educação ao ensino; do ensino à mera realização de atividades remotas que dispensam o efetivo trabalho docente de mediação diálogo, interação; da relação da escola com demais mediações sociais que ela possibilita.

Neste enfrentamento, o uso das tecnologias digitais trabalhadas nas oficinas do módulo I tiveram grande contribuição para as práticas pedagógicas, uma vez que possibilitam aulas mais interativas conciliando, conteúdos e ludicidade no processo ensino-aprendizagem. Através delas, pude elaborar juntamente com outros colegas residentes, atividades para as aulas online como bingo didático, quizzes, murais digitais, dentre outras.

Quanto às atividades formativas, participei de diversos eventos como simpósios, congressos, seminários, palestras, além das reuniões mensais dos núcleos da Residência Pedagógica juntamente com os demais residentes, preceptores e orientadores. Além disso, tive a oportunidade de submeter os relatos de experiência até então elaborados em parceria com outras residentes, a eventos como o IV Congresso Nacional em Educação - CONED e a Semana da Integração - SINTEGRA da UFVJM em 2021.

Na fase final do segundo módulo do PRP, com o calendário de vacinação já adiantado e contemplando os profissionais da área da educação, as escolas adotaram o ensino híbrido, onde parte dos alunos/famílias optaram por participar das aulas presenciais e outra parte continuou a assistir às aulas de forma remota. A adoção do ensino híbrido foi um passo a mais em direção à real inserção dos residentes nas escolas. Ainda que com limitações, foi possível a alguns residentes participar de algumas atividades presenciais até o término do ano letivo.

Novamente, as escolas entraram em fase de adaptação para atender às orientações do protocolo sanitário vigente, que exigia, por exemplo, distanciamento de 02 metros entre os alunos na sala de aula, uso de máscaras, utilização de álcool em gel etc., o que demandou um planejamento elaborado por parte da escola, de forma a viabilizar esta logística no ambiente escolar. Uma das estratégias foi a divisão dos alunos que optaram pelas aulas presenciais em pequenos grupos de, no máximo, 9 alunos com revezamento semanal entre as aulas presenciais e online.

Para os residentes, um novo obstáculo se impôs neste momento: a interrupção no pagamento das bolsas pela CAPES, o que o Ministério da Educação justificou pela falta de recursos federais. Neste cenário, muitos licenciandos que se encontravam nas casas de seus familiares por estarem cursando a licenciatura também no ensino remoto, se viram impossibilitados de retornar para a cidade de Diamantina (origem das escolas-campo) por falta de apoio financeiro. A regularização dos pagamentos demandou mobilização de representantes da CAPES, organizações estudantis e de políticos engajados na angariação de recursos para cumprimento do edital 2020 do PRP, o que foi alcançado com êxito até o início de 2022.

Por determinação da Resolução SEE n. 4.644 de 2021, que dispõe sobre o funcionamento do Ensino Presencial na Rede Estadual de Ensino, foram retomadas

as aulas presenciais a partir de 03 de novembro de 2021. Com esta definição, o ano de 2022 se iniciou com a perspectiva de que o retorno das aulas nas escolas se daria totalmente de forma presencial, o que me pareceu bastante promissor, pensando na possibilidade de participar ativamente das atividades escolares. Participei de forma presencial das reuniões de planejamento do ano letivo que ocorreram na primeira semana de fevereiro e discutiram sobre as atualizações no protocolo sanitário, os principais pontos das resoluções da Secretaria Estadual de Educação - SEE para o ano de 2022, o Novo Ensino Médio, a organização do calendário escolar, destacando os sábados letivos e as intervenções pedagógicas.

Na semana seguinte iniciaram-se as aulas presenciais para todos os alunos e pude acompanhar o professor preceptor nas aulas de ciências do 9º ano do e dar início às regências destinadas aos estudantes do ensino médio, em uma turma do 1º ano. As regências foram planejadas com base nos três momentos pedagógicos: problematização inicial, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento, articuladas com as orientações da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Seguindo o plano de ensino para o primeiro ano, as aulas contemplaram o conhecimento científico e a origem do universo, os quais foram problematizados a partir de vídeos e documentários. Como a escola ainda não se dispunha de livros didáticos o suficiente para todos os alunos, foi necessário resumir o conteúdo e escrever no quadro negro para que os estudantes pudessem registrar em seus cadernos, seguindo uma metodologia mais tradicionalista.

A aplicação das regências foi um dos momentos mais especiais que vivi na Residência Pedagógica, pois, no decorrer da minha formação inicial, esta foi a minha primeira oportunidade de dar uma aula “de verdade”, adentrando no espaço físico da escola e convivendo com a comunidade escolar, especialmente com os alunos. Foi um momento de múltiplas sensações, permeado de insegurança, medo, nervosismo e empolgação, que me faziam questionar: “tenho domínio suficiente sobre o conteúdo a ser trabalhado?”, “terei clareza na organização e aplicação dos conhecimentos?”, “como será o comportamento dos alunos?”, “serei capaz de mediar eventuais conflitos entre os estudantes?”. Não tive todas as respostas e percebi que despertar o interesse dos estudantes pelos conteúdos, é o primeiro desafio e, talvez, o maior deles.

Entrando na fase final da RP, ânsia era de concretização das expectativas criadas desde o princípio, no que concerne aos objetivos do PRP. No entanto, uma demanda nada nova na esfera da educação pública - a negação dos direitos dos profissionais por parte da governança - conduziu a maioria dos professores e demais servidores ao exercício de suas cidadanias num movimento de greve, onde a principal reivindicação é o cumprimento do piso salarial por parte do Governo de Minas, culminando na suspensão das aulas. O sentimento foi de frustração.

De forma geral, frustração foi, para mim, o sentimento predominante durante os 18 meses do PRP, considerando as perspectivas vislumbradas ao pleitear uma vaga quando da publicação do edital, pensado para o ensino presencial. Da incompatibilidade entre os calendários acadêmicos e escolares, perpassando pela impossibilidade de aplicação das teorias oriundas da Licenciatura e utilização dos produtos educacionais produzidos nas disciplinas do curso voltadas para a educação básica, ao estado de greve provocado pelo descaso dos governantes para com a educação se somaram a tantos outros desafios historicamente arraigados na prática educativa, se configuraram em robustas limitações para o alcance dos objetivos almejados pelo PRP, descritos anteriormente.

Ainda assim, ao concluir os três módulos da Residência Pedagógica, percebi o quão amplo é o caráter pedagógico do programa que, neste contexto de ensino remoto, me oportunizou diversos aprendizados externos à sala de aula que serão importantes para a minha profissão docente. Essa percepção só ficou clara ao final, analisando todo o trajeto percorrido nestes 18 meses e o relato dos professores preceptores sobre a quanto é enriquecedor para eles esta formação contínua ao retomarem seus vínculos com a IES através do PRP e do contato com os residentes.

Outro fator relevante é o reconhecimento da Residência Pedagógica como atividade equivalente aos estágios obrigatórios supervisionados, que foi regulamentado através da Resolução nº 12, de 14 de junho de 2021, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Com isso, soma-se às contribuições da Residência Pedagógica para com a minha formação docente inicial esta articulação com os estágios supervisionados obrigatórios no ensino de ciências e biologia que, além de me permitir vivenciar as atividades próprias dos estágios de forma mais ampla, contribui ainda com a redução do tempo necessário para a

conclusão da graduação, uma vez que posso optar pelo aproveitamento da minha carga horária da Residência Pedagógica em substituição às disciplinas dos estágios.

Considerações finais

Não há dúvidas que o contexto pandêmico afetou profundamente a vida das pessoas em todo o mundo e, na esfera educacional, causou prejuízos incalculáveis, muitos deles, irreversíveis. Em minha jornada como residente, por muitas vezes questioneei comigo mesma o sentido de atuar num programa como este, num contexto tão adverso que, a princípio, praticamente anulou os propósitos da Residência Pedagógica, frente à impossibilidade de conexão dos residentes com as escolas.

As dificuldades foram muitas e a interlocução entre a IES e as escolas não se valeram da sincronia desejada. No entanto, nas palavras de Freitas *et al* (2020), a Residência Pedagógica apresenta-se como um elo da formação inicial e conseqüentemente, na formação continuada para os preceptores. Várias são as ações que potencializam essa aproximação entre as unidades de ensino. Neste aspecto, considero que o mérito do PRP resistiu satisfatoriamente.

Numa situação de ensino presencial, a Residência Pedagógica certamente seria muito produtiva, mas, as circunstâncias vividas nos direcionaram a novas reflexões e aprendizados, como afirma Santana e Sales (2020):

A pandemia da COVID-19 evidencia as fragilidades da educação e, ao mesmo tempo, expõe indicativos de transformação necessária nos modos de ensinar e aprender no século XXI. A educação no contexto da cibercultura evoca o princípio freireano de que educar não pode se resumir a práticas de transmissão de conteúdos. (SANTANA; SALES, 2020, p. 88)

Apesar das poucas oportunidades de experimentar, de fato, a prática docente, de vivenciar a reciprocidade entre professores e alunos neste processo de aprender, ensinar e aprender a ensinar, considero que os residentes que, assim como eu, tiveram a oportunidade de “cursar” a RP no período de pandemia desfrutaram de um momento único na formação docente. Orientadores, preceptores e residentes unidos na missão de reinventar a educação, não mediram esforços para assegurar, no

mínimo, o vínculo dos estudantes com a escola, vivenciando intensamente os desafios intrínsecos à prática docente propiciaram para mim, enquanto licencianda, uma compreensão mais ampla da complexidade desta prática e reforçaram o seu valor. É imprescindível persistir e reconstruir. Pretto et al aponta caminhos:

É imperioso avançar com um pensar coletivo sobre como as tecnologias digitais podem ser integradas às escolas numa perspectiva que não enfraqueça a escola como ambiente formativo; que não enfraqueça os professores como elemento diferenciado no processo de ensino-aprendizagem; que não enfraqueça a relação dos sujeitos com as comunidades, com as lutas sociais; que não enfraqueça a autonomia dos sistemas de ensino. (PRETTO *et al.*, 2020, p. 16).

Reflexões como estas permeiam a minha formação docente inicial e a experiência no PRP e é a partir delas que desejo fixar o alicerce na construção da minha identidade docente, pois é na relação com os sujeitos, com as comunidades e com as lutas sociais que vamos formar cidadãos sedentos por justiça social, por uma melhor educação, por um futuro melhor.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 544/2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 376/2020. Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. *Diário Oficial da União*, Brasília, 03 abr. 2020.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Edital 6: Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica*. 2018. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- FARIA, J. B.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Residência pedagógica: afinal, o que é isso?. *Revista de Educação Pública*, [S. l.], v. 28, n. 68, p. 333-356, 2019. DOI: 10.29286/rep.v28i68.8393. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/8393>. Acesso em: 9 abr. 2022.
- FREITAS, M. C. de *et al.* Residência pedagógica e sua contribuição na formação docente. *Ensino em Perspectivas*, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 1-12, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4540>. Acesso em: 09 abr. 2022.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *RESOLUÇÃO SEE Nº 4.644, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021*. Dispõe sobre o funcionamento do Ensino Presencial na Rede Estadual de Ensino, revoga a Resolução SEE nº 4506/2021, de 22 de fevereiro de 2021 e revoga a Resolução SEE nº 4310/2020, de 17 de abril de 2020, e dá outras providências. Disponível em <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4644-21-r%20-%20Public.%2026-10-21.pdf>. Acesso em 17 abr. 2022.
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. *Resolução nº 12/2021, de 14 de junho de 2021*. Regulamenta o aproveitamento da carga horária discente cumprida em atividades dos Programas Institucionais de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid e de Residência Pedagógica da UFVJM.
- CONSEPE, 2021. Disponível em http://www.ufvjm.edu.br/formularios/cat_view/430-/479-/487-/672-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT&start=30. Acesso em: 17 abr. 2022.
- PRETTO, N. de L.; BONILLA, M. H. S.; SENA, I. P. F. de S. Educação em tempos de pandemia: reflexões sobre as implicações do isolamento físico imposto pela covid-19. *Gec Ufba*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-20, maio 2020. Disponível em: https://blog.ufba.br/gec/files/2020/05/GEC_livro_final_imprensa.pdf. Acesso em: 06 abr. 2020.
- SANTANA, C. L. S.; SALES, K. M. B. Aula em casa: Educação, Tecnologias digitais e Pandemia COVID-19. *Revista Interfaces Científicas: Educação*, S.L, v. 10, n. 1, p. 75-92, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9181>. Acesso em: 06 abr. 2022.